



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Data, hora e local: 03 de dezembro de 2015, às 09h45m, na Rua São Bento, 405, Auditório do 10º andar do Edifício Martinelli, São Paulo, SP. Pauta do dia: 1. Apreciação das atas de reuniões; 2. Informes: - Programação da 7ª Conferência da Cidade de São Paulo; - Lançamento do Programa de Expansão do WiFi Livre SP no Gestão Urbana;- Apresentação das candidaturas para indicação, por meio das entidades representativas dos segmentos do CMPU, de representantes titulares e suplentes da Sociedade Civil para a Câmara Técnica de Legislação Urbanística - CTLU e para a Comissão de Proteção à Paisagem Urbana – CPPU. 3. Apresentação do GeoSampa; 4. Apresentação do Relatório Anual (2015), Plano de Trabalho (2016) e novos perímetros de aplicação dos Instrumentos Indutores da Função Social da Propriedade; 5. Plenária; 6. Definição do calendário de reuniões do CMPU para 2016. Conselheiros Presentes CMPU: Fernando de Mello Franco (Presidente); ORGÃOS MUNICIPAIS: Tomas Cortez Wissenbach (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU); Daniel Todtmann Montandon e Camila Nastari Fernandes (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU) ; Nathalia Nogueira Marques (Secretaria Municipal de Gestão – SMG); Vilma de Oliveira Mendonça (Secretaria do Governo Municipal – SGM); Diogo Tullio Vasconcelos (Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico – SF); Miguel Biazzo Neto (Secretaria Municipal de Licenciamento – SEL); Priscilla Tiba Hashimoto (Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras – SMSP); Ivete Pontes Oddone (Secretaria Municipal de Transportes – SMT); Hélia Maria Santa Bárbara Pereira (Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA); José Alberto Serra Almeida; Julio Henrique Canuto da Silva (Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo – SDTE); Patricia Saran (São Paulo Urbanismo – SP-Urbanismo); Luciana Martins de B. Teixeira (Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB); SUBPREFEITURA: Renata Carvalho Naves da Subprefeitura da Penha (Macrorregião Leste 1); Thalles Marcius de Moraes da Subprefeitura Guaianases (Macrorregião Leste 2); Carlos Henrique Nunes Cabral da Subprefeitura M Boi Mirim (Macrorregião Sul 2); CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL: Irani Aparecida Pereira Dias (Macrorregião Norte 1 da Subprefeitura Vila Guilherme); Mauro Sérgio Procópio Calliari (Macrorregião Oeste da Subprefeitura Pinheiros); Angela Maria Calábria e Georgina Helena de Freitas (Macrorregião Leste 1 das Subprefeituras Penha e Vila Prudente respectivamente); Leonardo Medeiros e Silva (Macrorregião Leste 2 das Subprefeituras Itaim Paulista); Olivia Augusta Araujo Macedo Costa e Deise Luci Bonome (Macrorregião Sul 2 das Subprefeituras Santo Amaro e Campo limpo respectivamente); MOVIMENTOS DE MORADIA (3): Alexandre de Sant’anna Loyola (Movimento Sem Teto do Centro – MSTC); ASSOCIAÇÕES DE BAIROS (3): Paulo Gustavo da Vinha Carmo Bizzo (Associação São Benedito Legal); ASSOCIAÇÕES DE BAIROS (4): Aparecida Regina Lopes Monteiro e Cibele Martins Sampaio (CIRANDA); SETOR EMPRESARIAL (1): Alexandre Marques Tirelli (Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo – SCIESP); SETOR EMPRESARIAL (2): Antonio Luiz Polverini Filho (Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas – APEOP); SETOR EMPRESARIAL (3): Adriana Blay Levisky (Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura – AsBEA); SETOR EMPRESARIAL (4): Christian de Moraes Machado Suppo Bojlesen (Associação Comercial de São Paulo – ACSP); ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS-ONGs: Diana Csillag (Conselho Brasileiro de



PREFEITURA DE  
**SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CPMU

**ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Construção Sustentável – CBCS); ENTIDADES PROFISSIONAIS LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL: Jacobina Albu Vaisman e Renata Semin (Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo – IABsp); MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS (1): Lincoln Paiva e Guilherme Gambier Ortenblad (Instituto Mobilidade Verde); MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA: Carlos Afonso Cerqueira Aranha (Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo – CICLOCIDADE); ENTIDADES RELIGIOSAS: Irene da Conceição de Brito (Mitra Arquidiocesana de São Paulo); CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARTICIPATIVOS – CPOP: José Raimundo do Sacramento (Conselho Participativo Municipal de Campo Limpo); ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS:; Claudia Virginia Cabral de Souza ( Consórcio Intermunicipal de Municípios do Grande ABC da Região Metropolitana de São Paulo – CIGABC); Antonio Silvestre Leite (Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de SP – CIOESTE). Ordem do dia: **01)** O Secretário Executivo do CPMU, Fernando Túlio Salva Rocha Franco, iniciou a reunião às 9h45m apresentando a pauta da reunião e as Atas das 27ª e 26ª Reunião Extraordinária, e da 37ª Reunião Ordinária que foram aprovadas, por unanimidade, pelo plenário. **02)** Após a aprovação das Atas o Secretário Executivo do CPMU, Fernando Túlio Salva Rocha Franco franqueou a palavra à Luzinete Ramos Borges da SMDU que fez uma breve apresentação sobre a 7ª Conferência da Cidade de São Paulo cujo tema é “A Função Social da Cidade e da Propriedade”, informando que a conferência está prevista para realizar-se entre 1º de janeiro e 05 de julho de 2016. Em continuidade entregou aos representantes a minuta do decreto de convocação da referida conferência, para apreciação e aprovação. **3)** Na sequência o Secretário Executivo do CPMU, Fernando Túlio Salva Rocha Franco, esclareceu que a Comissão Preparatória da 7ª Conferência da Cidade de São Paulo será formada por 30 representantes titulares com seus respectivos suplentes a qual será constituída no dia 11 de dezembro em assembleia. **4)** Em seguida, apresentou as candidaturas dos representantes da Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU, esclarecendo que a CTLU possui 10 representantes da sociedade civil, onde cada seguimento, conforme estabelecido pelo Decreto nº 56.268 de 22 julho de 2015, indicaria no mínimo 04 e no máximo 06 candidaturas. O segmento Movimento Sociais de Bairro teve o total de 02 candidaturas, não atingindo o mínimo estabelecido; o segmento Acadêmico e Técnico Profissional atingiu o mínimo com 04 candidaturas e o segmento de Políticas Públicas e Setoriais teve o total de 02 candidaturas, não atingindo o mínimo estabelecido pelo decreto. A Comissão de Proteção à Paisagem – CPPU possui pelo decreto 08 vagas para representantes da sociedade civil, cada segmento deveria indicar no mínimo 03 e no máximo 05 candidaturas, o segmento de Políticas Públicas e Setoriais teve o total de 02 candidaturas, não atingindo o mínimo estabelecido; o Movimento de Bairro e Moradia teve o total de 05 candidaturas e o segmento Acadêmico e Técnico Profissional teve o total de 02 candidaturas, não atingindo o mínimo estabelecido. Apresentadas as candidaturas, o Secretário Executivo do CPMU, Fernando Túlio Salva Rocha Franco, sugeriu a prorrogação até o dia 11 de dezembro do prazo para inscrição das candidaturas e caso não sejam alcançadas o numero mínimo de candidaturas, ficará convocada reunião extraordinária para o dia 17 de dezembro. Logo após franqueou a palavra ao plenário. **06)** Eduardo Della Manna - SECOVI-SP (público), questionou sobre o procedimento que será adotado se acaso o numero mínimo de



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

candidaturas não for atingido até o prazo estabelecido. **07)** Em resposta ao questionamento levantado, o Secretário Executivo do CMPU, Fernando Túlio Salva Rocha Franco, esclareceu que por decreto o número mínimo de candidaturas deverá ser atingido, mesmo que para isso seja necessário prorrogar a data de inscrições. **08)** Adriana Blay Levisky (Representante da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura – AsBEA), sugeriu, para o atendimento do número mínimo de candidaturas, a ocupação das vagas remanescentes por outros segmentos ou a alteração do número mínimo das vagas para assim dar continuidade aos trabalhos da CLTU e da CPPU. **09)** Eduardo Della Manna - SECOVI-SP (público), observou que na candidatura do Movimento de Moradia não constou a suplência e questionou se não seria o caso de solicitar ao movimento a indicação do suplente para que a candidatura não seja glosada. **10)** Após as considerações do plenário, o Secretário Executivo do CMPU, Fernando Túlio Salva Rocha Franco, esclareceu ao Sr. Eduardo Della Manna que se não houvesse a ampliação do prazo a indicação sem suplência seria glosada, mas com a prorrogação do prazo o seguimento terá tempo hábil para indicar um suplente. Em resposta à sugestão da Sra. Adriana Levisky, esclareceu que a sua sugestão passaria a ser cogitada caso as candidaturas não alcancem o número mínimo estabelecido pelo decreto até o dia 11 de dezembro. **11)** Irani Aparecida Pereira Dias (Representante do Conselho Participativo Municipal – Macrorregião – Norte) questionou se a suplência da União dos Movimentos de Moradia deverá ser indicada somente pelo próprio movimento ou se está aberta para quem tiver o interesse em candidatar-se. **12)** O Secretário Executivo do CMPU, Fernando Túlio Salva Rocha Franco, em resposta à representante, explicou que a indicação da candidatura deve ser feita por um conselheiro do CMPU, com a proposta de um titular e suplente cujos podem fazer parte da mesma entidade ou não. **13)** Irani Aparecida Pereira Dias (Representante do Conselho Participativo Municipal – Macrorregião – Norte), em continuidade questionou se a candidatura está aberta a qualquer Conselho Participativo Municipal e de Políticas Setoriais. **14)** Secretário Executivo do CMPU, Fernando Túlio Salva Rocha Franco, explicou que a candidatura é aberta à todos os Conselhos Participativos Municipais e de Políticas Setoriais, esclareceu, ainda, que o indicado à candidatura não necessariamente precisa ser representante do CMPU, nem mesmo representante de algum dos Conselhos Participativos das subprefeituras, bastando apenas a indicação ser referendada por um conselheiro do CMPU. **15)** Encerrada as considerações, o Secretário Executivo do CMPU, Fernando Túlio Salva Rocha Franco, franqueou à palavra ao Diretor do Departamento de Produção e Análise de Informação – DEINFO, Tomás Wissenbach, que deu início a apresentação da ferramenta GeoSampa, esclarecendo tratar-se de um banco de dados que reúne informações territoriais da cidade de São Paulo, oriundas de diversas secretarias e áreas da administração pública, dispostas em mais de 150 camadas, como por exemplo; densidade demográfica, rede de transporte, mapas do Plano Diretor Estratégico, equipamentos públicos, assentamentos precários, indicadores sociais, perímetros da zona de uso, classificação viária, levantamento de fotos aéreas antigas e entre outras. O Diretor de DEINFO informou que todos os dados que alimentam o GeoSampa possuem fonte, ano, escala e data de atualização, e a partir do dia 07 de dezembro de 2015 estarão disponíveis ao público em geral, através do portal que viabilizará a análise e formulação de propostas da sociedade civil para a cidade,



PREFEITURA DE  
**SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

ressaltando que a disponibilização do GeoSampa ao público em geral é um grande avanço na democratização de informações, e afirmou que a principal vantagem da ferramenta é não se tratar apenas de um mapa com diversas informações, mas sim de uma plataforma alimentada e atualizada constantemente. Finalizando a apresentação, o Diretor de DEINFO agradeceu à todos que participaram da construção do GeoSampa, especialmente ao apoio recebido pela atual gestão que reconheceu a importância e prioridade do projeto. **16)** O Secretário de Desenvolvimento Urbano e Presidente do CMPU, Fernando Mello Franco, agradeceu aos funcionários de DEINFO, e enfatizou que o GeoSampa trata-se de um projeto de grande importância para cidade, sendo além de uma ferramenta de gestão, uma ferramenta de transformação da cidade realizada de forma competente. Em seguida, convidou o Secretário de Serviços, Simão Pedro Chiove, para compor a mesa e apresentar o programa Wifi Livre. **17)** O Secretário de Serviços, Simão Pedro Chiove, agradeceu o convite, parabenizando os trabalhos do conselho e a entrega do GeoSampa. Na sequência, fez uma breve apresentação do Programa de Expansão das Praças Digitais, informando que mais de 120 pontos de Wifi Livre foram disponibilizados em praças e parques, atendendo uma das metas do Plano de Metas da PMSP que previa a entrega de dez praças na área central e uma por subprefeitura, porém com o avanço do programa foram entregues uma praça por distrito. Em seguida passou a palavra para o João Francisco Cassino que explicou o plano de expansão do programa com o apoio da iniciativa privada. **18)** Com a palavra João Francisco Cassino iniciou explicando que o Programa Wifi Livre vai além da inclusão digital ao oferecer um estímulo para a ocupação do espaço urbano. Informou que a cidade de São Paulo possui em média cinco mil praças, e o Programa de Expansão Wifi Livre busca viabilizar a implantação do wifi livre no maior numero de praças possíveis através do apoio da iniciativa privada, a qual tem o interesse em explorar sua marca em mídia *Out of Home* e *Publicidade Mobile*, obedecendo às diretrizes municipais. Além do wifi o programa envolverá também diversas intervenções artísticas, tecnológicas, paisagísticas, sociais, recreativas e utilitárias para a requalificação dos espaços públicos municipais. Ressaltou que o Plano de Expansão prevê diretrizes mínimas e uma estruturação complementada com informações coletadas em Consulta Pública. Na sequência, elencou as diretrizes referentes à definição dos locais, sendo elas: o compromisso de no mínimo um novo local por Subprefeitura, expansão em regiões com baixo acesso à internet e foco em espaços públicos municipais externos. Também elencou as diretrizes referentes ao modelo de negócio: a contrapartida do parceiro privado sem transferência de recursos, a definição de lotes com localidades de maior e menor atratividade juntas; a utilização da legislação vigente e a existência de mecanismos de monitoramento de qualidade. Logo após, explicou que a Secretaria de Serviços coordena o projeto em parceria com diversos agentes da administração municipal entre eles estão: a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU, a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, a Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras – SMSP e o programa Praças Mais Cuidadas. Descreveu também as três etapas que ocorrerão para a Expansão do Programa WiFi Livre SP : I- Consulta Pública (novembro e dezembro de 2015), que visa o engajamento da sociedade civil na expansão do projeto com sugestões de localidades, melhor uso do espaço e envolvimento da iniciativa privada nas discussões sobre



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

possíveis modelos de parceria; II - Projeto Piloto (janeiro de 2016), que visa implantar o *Wifi Livre SP* em ao menos 10 novos espaços, priorizando as novas localidades através da Consulta Pública e demanda popular junto à SES/SMS/SMMA e ao Centro Aberto, ainda nessa etapa acontecerá o Chamamento Público para instalação e gestão de sinal wifi; III - Expansão e Requalificação (1º semestre de 2016), que viabilizará a instalação, manutenção e gestão de sinal wifi em outras localidades, inclusão de requalificação de espaços *Wifi Livre SP* e Chamamento Público para seleção de futuros parceiros privados. Na sequência, a palavra foi franqueada para Manuela Colombo que explanou sobre a Consulta Pública cujo objetivo é dar transparência ao processo e engajar a população na participação do Projeto de Expansão. A Consulta Pública acontecerá entre os dias 18 de novembro ao dia 1º de janeiro de 2016, através do portal no qual é possível contribuir com sugestões de locais, intervenções nos espaços e parcerias entre a prefeitura. Após a consulta será feito um trabalho de priorização das localidades considerando uma série de fatores como: proximidade com equipamentos educacionais, de saúde, indicação da população, ativação do espaço e entre outros. Por fim, agradeceu a todos e esclareceu que é possível fazer sugestões alternativas de viabilização do projeto, e se cadastrar voluntariamente como um dos parceiros, ajudando no processo como um todo. **19)** O Secretário de Desenvolvimento Urbano e Presidente do CMPU, Fernando Mello Franco, parabenizou os trabalhos realizados pela Secretaria Municipal de Serviços – SES, SP Negócios e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU e franqueou a palavra para o Secretário Executivo de CMPU o qual sugeriu a alteração da pauta passando a apresentação do Relatório Anual (2015) para o terceiro item da pauta. **20)** Após a alteração da pauta, a palavra foi franqueada ao Diretor do Departamento de Controle da Função Social da Propriedade – DCFSP, Fernando Guilherme Bruno Filho, que antes de iniciar a apresentação esclareceu que o Art. 317 do Plano Diretor Estratégico exige que anualmente seja disponibilizado ao CMPU o Relatório da Aplicação do Parcelamento e Edificação Compulsória e o Plano de Trabalho para o ano seguinte. Na sequência, informou que o referido relatório foi entregue em formato digital aos representantes e disponibilizado também na reunião. Em seguida, iniciou a apresentação do Relatório Anual de 2015, esclarecendo que o instrumento previsto na Constituição Federal, regulamentado pelo Estatuto da Cidade foi ensaiado no PDE de 2002 e 2010, mas nessas duas tentativas o processo não teve andamento, e com o PDE atual (Lei Municipal nº 16.050/2014) iniciou-se um processo contínuo de aplicação dos instrumentos, afim de que as propriedades cumpram sua função social na cidade. Em seguida, elencou alguns pontos nodais através da regulamentação do PDE, como as definições dos imóveis que não cumprem sua função social na cidade, para os imóveis não edificados e subutilizados a área foi ampliada de 250m<sup>2</sup> para 500m<sup>2</sup> e para os imóveis não utilizados, antes considerava-se aqueles que tinham 80% de área desocupada por 5 anos, agora o critério passa a ser 60% de desocupação do por 1 ano. Explicou, ainda, que existem algumas exceções em que o instrumento não é utilizado, como é o caso dos imóveis subutilizados ou não edificados que abrigam atividades que não necessitam de edificação para sua finalidade, tais como: posto de combustível, depósito de material de construção a céu aberto, depósito de reciclagem e áreas de lazer. Ressaltou que estacionamentos rotativos não cumprem sua função social na



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

cidade, logo não fazem parte das exceções elencadas. No campo das exceções, também fazem parte os imóveis tombados, classificados como ZEPEC ou ZEPAM, incluídos no Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres e imóveis cuja ociosidade decorra de impossibilidades jurídicas momentaneamente insanáveis pela simples conduta do proprietário. Na sequência, apresentou um mapa contendo as áreas passíveis de aplicação do PEUC e outro com as áreas que já foram iniciadas a aplicação do PEUC estabelecidas pelo Decreto nº55.638/14. Concluindo a parte conceitual, apresentou as tipologias sujeitas à PEUC sendo elas: os lotes Não Edificados (lotes e glebas com área superior a 500 m<sup>2</sup> com coeficiente de aproveitamento utilizado igual a 0); os lotes Subutilizados (lotes e glebas com área superior a 500 m<sup>2</sup> com coeficiente de aproveitamento utilizado inferior ao mínimo definido no Plano Diretor) e os Não Utilizados (edificações com, no mínimo, 60% da área construída desocupada por mais de um ano ininterrupto). Para cada um dos fenômenos citados decorre uma obrigação ao proprietário, no caso dos imóveis não edificados e subutilizados depois de notificados decorre a obrigação de apresentar um projeto de edificação no prazo de um ano, dar início às obras no prazo de dois anos e concluir a obra no prazo de cinco anos; para os imóveis não utilizados o proprietário deverá dar um uso ao imóvel no prazo de um ano, nos casos dos imóveis que não são adequados para receber um uso, devido a sua falta de infraestrutura, esse tem a opção de demolir e reconstruir o imóvel com prazo suplementar. No caso do descumprimento da PEUC será cobrado ao proprietário o IPTU Progressivo no Tempo e em ultimo caso existe a possibilidade de desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública. Existe também a alternativa para o proprietário de estabelecer um consorcio imobiliário com a prefeitura onde o imóvel é transmitido ao poder público municipal, ficando a cargo do poder público urbaniza-lo gerando unidades, e posteriormente pagar ao proprietário o valor do terreno com essas unidades. O Diretor informou que o Projeto de Lei que irá aprovar o consórcio imobiliário está sendo aprovado, para que em 2016 as normas necessárias para efetuar essa parceria estejam em vigor. Logo após, fez uma breve apresentação da estrutura do Departamento de Controle da Função Social da Propriedade – DCFSP e do fluxo de análise dos imóveis. Em seguida, apresentou alguns gráficos, o primeiro sobre a distribuição mensal do processo de análise e notificações, elucidando a evolução obtida de outubro de 2014 à outubro de 2015; o segundo sobre a evolução das análises de imóveis considerados ociosos, elucidando a distribuição mensal da proporção dos resultados das análises dos imóveis ociosos enquanto notificáveis ou não para fins de PEUC; o terceiro sobre os imóveis notificados por área de aplicação do PEUC, elucidando a distribuição dos imóveis notificados por área de aplicação e o quarto e ultimo gráfico constando o total de área de terreno e aérea construída dos imóveis notificados. Na sequência, pontuou a situação dos imóveis notificados até outubro de 2015 onde dos 636 notificados, 256 não recorreram no tempo hábil, 366 impugnaram, 25 entraram com recurso, 14 cumpriram com a obrigação e 114 tiveram a solicitação de averbação realizada. Depois apresentou o mapa da aplicação do PEUC na cidade de São Paulo onde 1085 imóveis estão cadastrados, 636 foram notificados e 170 estão em análise. Apresentou, ainda, o mapa da aplicação do PEUC na área central e o mapa da aplicação do PEUC na OUCAB até outubro de 2015. Finalizando a apresentação, o diretor explanou sobre o Plano de Trabalho



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

para 2016 no qual estão previstas ações complementares e estruturais, evolução e perspectivas de análise dos imóveis e proposta de ampliação de novas áreas para aplicação do PEUC. **21)** O Secretário de Desenvolvimento Urbano e Presidente do CMPU, Fernando Mello Franco, agradeceu o trabalho apresentado pelo o Diretor Fernando Bruno Ribeiro de Barros, ressaltando que trata-se de um trabalho inovador que trará mudanças consideráveis à cidade de São Paulo. **22)** Logo após, passou a palavra para o Secretário Executivo do CMPU, Fernando Túlio Salva Rocha Franco, que abriu a palavra para os conselheiros inscritos. **23)** Diana Csillag do Conselho Brasileiro de Construção Sustentável - CBCS (Representante das Organizações Não Governamentais - ONGS ) parabenizou o GeoSampa e levantou dois pontos, primeiro questionou se será votada a apresentação feita em reunião e esclareceu que o CBCS indicou apenas um cargo para compor a CTLU, sendo composto pelo titular Paulo Lisboa e sua suplente Luciana, os quais não foram indicados para compor a CPPU, como apresentado. O segundo ponto foi um questionamento sobre as soluções que serão adotadas para as lacunas existentes pelos cargos que não tiveram indicações. **24)** Adriana Blay Levisky da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura – AsBEA (Representante do Setor Empresarial) deu continuidade à colocação da representante Diana Csillag, enfatizando sua preocupação quanto as lacunas no processo de indicação para as novas composições dos membros da CTLU e CPPU, o que segundo sua opinião poderá estender e atrasar o prazo de vigência desses órgãos colegiados. Como sugestão, solicitou que fosse colocada em votação no conselho a opção de preencher os cargos com as representações que compõe o CMPU. **25)** Eduardo Dellamana do SECOVI-SP (público) iniciou parabenizando a SMDU pela implantação do GeoSampa em um curto espaço de tempo. Dando continuidade à fala das representantes, Diana Csillag e da Adriana Blay Levisky, afirmou que a prefeitura não falhou na divulgação para as indicações da CTLU e da CPPU, logo se o mínimo de indicações não foi alcançado isso ocorreu pela falta de empenho das entidades. Em seguida, sugeriu que se referendassem as indicações feitas e que fosse estabelecida a abertura para novas indicações até o dia 10/12/2015. **26)** Andy Alexandre Gruber da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo – FECOMÉRCIO-SP (Representante do Setor Empresarial) questionou a efetividade das discussões do CMPU, uma vez que na 27ª Reunião Extraordinária referente à Oficina Temática para debater e apresentar sugestões à Minuta de Projeto de Lei da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí (OUCBT), foi deliberado pelo conselho a não inclusão da empresa BTSa e na devolutiva da Operação Urbana a deliberação do conselho não foi atendida. **27)** Mauro Sérgio Procópio Calliari (Representante da Macrorregião Oeste) parabenizou os trabalhos realizados pela SES referente ao Wifi Livre SP mas, declarou temeridade em relação à expansão do programa com a parceria privada, uma vez que foi proposta a inclusão de mobiliário urbano, correndo assim o risco de perder o foco do programa e concorrer com outras iniciativas de secretarias como a SMDU. Em seguida, sugeriu que os conselhos participativos das Subprefeituras sejam consultados para escolha dos locais a ser implantado o programa. **28)** Cabral, questionou o termo “transversal” descrito na minuta do decreto no Artigo 2º, parágrafo único: “O tema deverá ser desenvolvido de modo a articular e integrar as diferentes políticas urbanas, de maneira transversal.”, alegando que trata-se de uma expressão acadêmica que



PREFEITURA DE  
**SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

não está clara e poderá gerar dúvidas. O conselheiro parabenizou o GeoSampa por se tratar de um cadastro efetivo que custou 11% a menos do que previsto em contrato. Na sequência fez alguns levantamentos referentes às informações que deveriam ser disponibilizadas pelo GeoSampa, como largura de rua, regularidade das edificações e cadastro de empresas por lote. Enfatizou que os técnicos das subprefeituras deverão ser informados sobre a não necessidade de solicitar ao município a interpretação das fotografias aéreas da EMPLASA, uma vez que estas informações estão contempladas no GeoSampa. Concluindo sua fala, o conselheiro sugeriu que o programa de Expansão Wifi Livre SP seja feito por meio de termo de cooperação, sugeriu também que as escolas e UBS façam parte dos pontos escolhidos para implantação do programa. **29)** Georgina Helena de Freitas (Representante do Conselho Participativo Municipal - Macrorregião Leste 1), iniciou declarando seu contentamento com os trabalhos desenvolvidos pelo CMPU. Em continuidade, expôs sua preocupação quanto à eficácia e o alcance da expansão de requalificação urbana proposta pelo PDE. E questionou se as notificações emitidas aos imóveis ociosos abrangerá o distrito da Vila Prudente, o qual possui vários imóveis em estado de degradação. **30)** Jacobina Albu Vaisman do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo – IAB (Representante das Entidades Profissionais Ligadas à Área de Planejamento Urbano - Ambiental) parabenizou e agradeceu o trabalho de informação feito pelo Diretor de DEINFO, Tomas Cortez Wissenbach, com a entrega do GeoSampa. Em seguida, questionou se para os terrenos abandonados devido à sua contaminação será refletido uma política urbana de ocupação ou algum incentivo para ocupação, pois essa problemática não foi contemplada pela cota ambiental e nem pela outorga onerosa. **31)** Cláudia Virgínia Cabral de Souza (Representante do Consórcio Intermunicipal de Municípios do Grande ABC da Região Metropolitana de São Paulo – CIGABC), parabenizou a aplicação do instrumento de Parcelamento de Edificação de Utilização Compulsória – PEUC e enfatizou a sua relevância para a cidade de São Paulo. Logo após, questionou se haverá a divulgação dos lançamentos do IPTU progressivo e da quantidade de imóveis que estão contemplados pelas áreas de ampliação apresentada pelo Diretor de DCFSP e se há a possibilidade de anteceder o início dos estudos quanto à aplicação do PEUC. **32)** Após as contribuições dentre Conselheiros do CMPU e demais presentes, estas devidamente anotadas pela mesa, o Secretário Executivo do CMPU, Fernando Túlio Salva Rocha Franco agradeceu as referidas contribuições e teceu suas considerações, esclarecendo que as indicações serão analisadas, atualizadas e encaminhadas via e-mail aos representantes. **33)** Logo após, colocou em votação a proposta de homologação das candidaturas que cumpriram o número mínimo estabelecido pelo decreto. E propôs, ainda, manter em aberto para novas indicações dos seguimentos que não alcançaram o número mínimo estabelecido, com prazo de oito dias corridos. Após debates, o Conselho Municipal de Políticas Urbanas – CMPU deliberou, por unanimidade, pela homologação das candidaturas feitas pelo Segmento Acadêmico e Técnico-profissional para composição da CTLU e da CPPU. Deliberou, ainda, que ficará em aberto com prazo de oito dias corridos, a partir desta data, a indicação de candidaturas para os seguintes seguimentos: Movimentos Sociais e de Bairro e Conselhos de Políticas Públicas e Setoriais, para compor a CTLU e a CPPU. **34)** Após votação o Secretário Executivo do CMPU, Fernando Túlio Salva Rocha Franco, franqueou a palavra à mesa





**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

que teceu algumas considerações. O Diretor do Departamento de Produção e Análise de Informação – DEINFO, Tomás Wissenbach, agradeceu os elogios feitos ao GeoSampa e esclareceu que projetos específicos estão sendo estruturados para integrar e qualificar a ferramenta. Finalizando, informou que o DEINFO está aberto para treinamentos específicos para aqueles que desejam aprimorar o uso da ferramenta. Logo após, o Diretor do Departamento de Controle da função Social da Propriedade – DCFSP, Fernando Guilherme Bruno Filho, esclareceu que as áreas contaminadas não foram explicitadas no decreto por existir diversos graus de contaminação cujas soluções variam entre acessíveis ou não ao proprietário, logo cada caso deve ser analisado individualmente. Esclareceu, ainda, que o volume de imóveis que sofrerão a progressividade no tempo do IPTU de janeiro é pequeno, porém esse numero poderá aumentar nos próximos anos. Por fim, informou que a proposta para o programa de ampliação envolverá um perímetro de três mil quadras e a metodologia será construída antes da aplicação do Estudo de Impactos previsto para outubro de 2016. Em seguida, a palavra foi franqueada ao membro da Secretaria Municipal de Serviços, João Cassino, o qual explicou que a inclusão do mobiliário urbano no Programa de Expansão Wifi Livre SP surgiu para atender uma demanda da sociedade, ouvida através da consulta pública. Ressaltou que os mobiliários urbanos serão encaminhados para aprovação dos órgãos responsáveis. Quanto aos recursos para o coletivo, informou que não proverão da prefeitura, e se houver custos serão financiados pela iniciativa privada. No que tange a participação das subprefeituras no processo de expansão, enfatizou que antes da abertura da consulta pública houve uma reunião com os Conselhos Participativos das subprefeituras onde o Secretario Simão Pedro juntamente com todos os subprefeitos e o chefe de gabinete da Secretaria de Relações governamentais foram informados sobre o processo. Esclareceu, ainda, que a consulta pública irá gerar um mapa de sugestões quais serão avaliadas de acordo com alguns critérios como: viabilidade técnica e priorização da instalação na periferia de São Paulo. Por fim, explicou que o termo a ser assinado entre a Prefeitura e o parceiro privado será um termo de cooperação e a sugestão de ampliar o programa para as UBS's e Bibliotecas é inviável, pois a Secretaria de Serviços só possui atribuição legal para contemplar áreas abertas. **35)** Após as considerações da mesa o Secretario Executivo do CMPU, Fernando Túlio Salva Rocha Franco, franqueou a palavra para o Secretario de SMDU e Presidente de CMPU, Fernando de Mello Franco, que informou que a Superintendência de Desenho da Paisagem está elaborando uma lógica para os mobiliários urbanos da cidade de São Paulo em conjunto com a Lei nº 14.223/06 (Lei Cidade Limpa.) Em relação às conquistas da PEUC, afirmou que é preciso entender como elas se aplicam num processo de gestão mais elaborado, quanto a capacidade de notificação, de recepção de imóveis cujo os proprietários não vão empreender, de organização dos consórcios imobiliários, de desapropriação e investimento. Afirmou, ainda, que os efeitos reais só serão vistos num prazo de no mínimo cinco anos. O Secretario esclareceu que o CMPU não é um órgão deliberativo, mas sim consultivo que auxilia nas decisões do poder público, esclarecendo que o debate sobre a empresa BTSA da Operação Urbana Bairros do Tamanduateí não foi levado apenas ao CMPU, como também às audiências públicas as quais não se manifestaram contrarias a criação da empresa. Por fim, o Secretario esclareceu que os debates referentes à



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Operação Urbana Bairros do Tamanduateí e a BTSA continuam abertos e visam ser ainda mais abrangentes e isso não enfraquece a importância das discussões trazidas ao CMPU. **Encerramento:** O Secretário Executivo do CMPU, Fernando Túlio Salva Rocha Franco, após as considerações finais, deu ciência do calendário de reuniões para o ano de 2016 e agradeceu a presença dos conselheiros e das conselheiras, encerrando a reunião às 12h15m. A reunião foi secretariada por Fernando Túlio Salva Rocha Franco, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU que juntamente com Ana Paula Araújo, Assessora Técnico I da Secretaria Executiva dos Órgãos Colegiados – SEOC, lavraram a presente ata.

**Demais presentes:** Isabel C.G Vasquez (SES - CCCD); Ana Lúcia da Silva (SME – EMASP); Robert Bonifácio (Unesco – SMDU); João Cassino (SES – CCCD); Naymi Lobato; Sully Alonso (ACSP); Nílcio Dias (PMSBC); Paloma Junqueira; Julliana Munhoz (SMDU – DEINFO); Matias Chambouleyron (SMDU – DEINFO); Wellington Sendes (SCIESP); Fernando Bruno (SMDU); Fabiana Luz (SMDU); Fabio Costa (SMDU); Eduardo Della Mana (SECOVI - SP); Claudinete Oliveira (SP – IQ); Simão Pedro (SES); Ana Gabriela Akaishi (SMDU); Manuela Colombo (SP NEGOCIOS); Eduardo Faria (SMDU); Marcela Martins (SMDU); William Santos (SMDU); Caroline Maderic Riquino (SMDU); Guilherme Nafalski (SMDU - SEOC).

**Entidades Ausentes CMPU:** Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos - SNJ; Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC; Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB; Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB – (Ausência Justificada); Secretaria Municipal de Cultura – SMC; SUBPREFEITURA MACRORREGIÃO: Macrorregião Norte 1; Macrorregião Norte 2; Macrorregião Oeste; Macrorregião Centro; Macrorregião Sul 1 (Ausência Justificada); CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL: Macrorregião Norte 2; Macrorregião Centro; Macrorregião Sul 1; MOVIMENTOS DE MORADIA: União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior; ASSOCIAÇÕES DE BAIROS: Associação dos Moradores Amigos do Parque Previdência – AMAPAR; Associação dos Amigos do Bairro City Caxingui – AABCC; Associação dos Moradores do Jardim Saúde – AMJS; ENTIDADES SINDICAIS: Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo – SASP; ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL: Mackenzie – FAU; USP – FAU; MOVIMENTOS CULTURAIS (Vacante); Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES; Conselho Municipal de Trânsito e Transporte – CMTT; Conselho Municipal de Habitação – CMH; ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS: Secretaria Estadual de Habitação; Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos; Secretaria Estadual do Meio Ambiente; Secretaria Estadual dos Transportes Metropolitanos; Consórcio Intermunicipal de Municípios da Região Sudoeste da Grande São Paulo – CONISUD; Consórcio Intermunicipal de Municípios da Bacia Alto Juqueri – CIMBAJU; Consórcio Intermunicipal de Municípios da Região Oeste Metropolitana de SP – CIOESTE; Consórcio Intermunicipal de Municípios do Alto Tietê – CONDEMAT;

**Presidente CMPU**

Fernando de Mello Franco

Assinatura: \_\_\_\_\_



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU**  
**Secretário Executivo**

Fernando Túlio Salva Rocha Franco

Assinatura: Fernando Tulo

**Secretaria Executiva dos Órgãos Colegiados – SEOC**  
**Assessora Técnica I**

Ana Paula de Araújo Vieira

Assinatura: Ana Paula

**ENTIDADES PRESENTES CMPU**  
**ORGÃOS MUNICIPAIS**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – SMDU(1)**

Suplente: Tomas Cortez Wissembach

Assinatura: Tomas Cortez

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – SMDU (2)**

Titular: Daniel Todtmann Montandon

Assinatura: Daniel Todtmann

Suplente: Camila Nastari Fernandes

Assinatura: Camila Nastari

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SMG**

Suplente: Nathália Nogueira Marques

Assinatura: Nathália Nogueira

**SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO - SGM**

Suplente: Vilma da Oliveira Mendonça

Assinatura: Vilma da Oliveira

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SF**

Suplente: Diogo Tullio Vasconcelos

Assinatura: Diogo Tullio

**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICENCIAMENTO – SEL**

Suplente: Miguel Biazzo Neto

Assinatura: Miguel Biazzo

**SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS - SMSF**

Titular: Priscilla Tiba Hashimoto

Assinatura: Priscilla Tiba

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - SMT**

Suplente: Ivete Pontes Oddone

Assinatura: Ivete Pontes

**SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE - SVMA**

Suplente: Hélia Maria Santa Bárbara Pereira



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

**ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Assinatura:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS - SES**

Titular: Jose Alberto Serra Almeida

Assinatura: \_\_\_\_\_

**SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E EMPREENDEDORISMO - SDTE**

Suplente: Julio Henrique Canuto da Silva

Assinatura:

**SÃO PAULO URBANISMO – SP-URBANISMO**

Titular: Patricia Saran

Assinatura:

**COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO - COHAB**

Suplente: Luciana Martins de Barros Teixeira

Assinatura: \_\_\_\_\_

**SUBPREFEITURA - MACRORREGIÃO**

**MACRORREGIÃO LESTE 1**

Titular: Renata Carvalho Naves

(Subprefeitura Penha)

Assinatura:

**MACRORREGIÃO LESTE 2**

Suplente: Thalles Marcius de Moraes

(Subprefeitura Guaianases)

Assinatura:

**MACRORREGIÃO SUL 2**

Suplente: Carlos Henrique Nunes Cabral

(Subprefeitura M Boi Mirim)

Assinatura:

**CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL - MACRORREGIÃO**

**MACRORREGIÃO NORTE 1**

Assinatura:

Suplente: Irani Aparecida Pereira Dias

(CPM – Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme)

Assinatura: \_\_\_\_\_

**MACRORREGIÃO OESTE**

Suplente: Mauro Sérgio Procópio Calliari

(CPM – Subprefeitura Lapa)

Assinatura:

**MACRORREGIÃO LESTE 1**

Titular: Angela Maria Calábria

(CPM – Subprefeitura Penha)

Assinatura:



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Suplente: Georgina Helena de Freitas  
(CPM – Subprefeitura Vila Prudente)

Assinatura: Georgina Helena de Freitas

**MACRORREGIÃO LESTE 2**

Titular: Leonardo Medeiros e Silva  
(CPM – Subprefeitura Itaim Paulista)

Assinatura: \_\_\_\_\_

**MACRORREGIÃO SUL 2**

Titular: Olivia Augusta Araujo Macedo Costa  
(CPM – Subprefeitura Santo Amaro)

Assinatura: \_\_\_\_\_

Suplente: Deise Luci Benome

(CPM – Subprefeitura Campo Limpo)

Assinatura: \_\_\_\_\_

**MOVIMENTOS DE MORADIA (3)**

Suplente: Alexandre de Sant'anna Loyola  
(Movimento Sem Teto do Centro – MSTC)

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ASSOCIAÇÕES DE BAIROS (3)**

Titular: Paulo Gustavo da Vinha Carmo Bizzo  
(Associação São Benedito Legal)

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ASSOCIAÇÕES DE BAIROS (4)**

Titular: Aparecida Regina Lopes Monteiro  
(CIRANDA)

Assinatura: \_\_\_\_\_

Suplente: Cibele Martins Sampaio

(CIRANDA)

Assinatura: \_\_\_\_\_

**SETOR EMPRESARIAL (1)**

Titular: Alexandre Marques Tirelli

(Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo - SCIESP)

Assinatura: \_\_\_\_\_

**SETOR EMPRESARIAL (2)**

Suplente: Antonio Luiz Polverini Filho

(Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas – APEOP)

Assinatura: \_\_\_\_\_

**SETOR EMPRESARIAL (3)**

Suplente: Adriana Blay Levisky

(Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura – AsBEA)

Assinatura: \_\_\_\_\_



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**SETOR EMPRESARIAL (4)**

Suplente: Christian de Moraes Machado Suppo Bojlesen  
(Associação Comercial de São Paulo – ACSP)

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS - ONGs**

Suplente: Diana Csillag  
(Conselho Brasileiro de Construção Sustentável – CBCS)

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ENTIDADES PROFISSIONAIS LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL**

Titular: Jacobina Albu Vaisman  
(Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo – IABsp)

Assinatura: \_\_\_\_\_

Suplente: Renata Semin  
(Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo – IABsp)

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL (1)**

Suplente: Denise Antonucci  
(Universidade Presbiteriana Mackenzie – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo)

Assinatura: \_\_\_\_\_

**MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS (1)**

Titular: Lincoln Paiva  
(Instituto Mobilidade Verde)

Assinatura: \_\_\_\_\_

**MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA**

Titular: Carlos Afonso Cerqueira Aranha  
(Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo – CICLOCIDADE)

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ENTIDADES RELIGIOSAS**

Titular: Irene da Conceição de Brito  
(Mitra Arquidiocesana de São Paulo)

Assinatura: \_\_\_\_\_

**CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARTICIPATIVOS – CPOP**

Titular: José Raimundo do Sacramento  
(Conselho Participativo Municipal de Campo Limpo)

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS**

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - CIGABC**

Titular: Claudia Virginia Cabral de Souza



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Assinatura: \_\_\_\_\_

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESTE METROPOLITANA DE SP - CIOESTE**

Suplente: Antonio Silvestre Leite

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Em Tempo**

Conselheiro Presente: Setor Empresarial (4) – Andy Alexandre Gruber (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo – FECOMÉRCIO-SP)

**SETOR EMPRESARIAL (4)**

Titular: Andy Alexandre Gruber

(Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo – FECOMÉRCIO-SP)

Assinatura: \_\_\_\_\_